

O tema do STF de número 54 trata sobre a Extensão aos inativos e pensionistas da GDACT em seu grau máximo

O tema do STF de número 54 afirma que I A Gratificação de Desempenho de Atividade de Ciência e Tecnologia GDACT instituída pela Medida Provisória apesar de originalmente concebida como gratificação pro labore faciendo teve caráter geral e foi estendida aos inativos até a sua regulamentação pelo Decreto quando passou a constituir gratificação paga em razão do efetivo exercício de cargo II É constitucional o art A acrescentado pela Lei à MP dado que não implicou redução indevida visto que após o Decreto deixou de existir o direito dos inativos à percepção da GDACT nas mesmas condições em que concedida aos servidores em atividade